



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba
Gabinete da Desembargadora Maria de Fátima Moraes Bezerra Cavalcanti

Decisão Monocrática

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0082053-41.2012.815.2001

RELATORA : Des.^a Maria de Fátima Moraes Bezerra Cavalcanti
APELANTE : Cláudio Cardoso dos Santos
ADVOGADO : Hilton Hril Martins Maia
APELADO : BV Financeira S/A
ADVOGADO : Fernando luz Pereira

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO BANCÁRIO. IMPROCEDÊNCIA. IRRESIGNAÇÃO DO AUTOR. COMISSÃO DE PERMANÊNCIA. MATÉRIA NÃO VENTILADA NA EXORDIAL. INOVAÇÃO RECURSAL. NÃO CONHECIMENTO DE TAL TÓPICO DO RECURSO.

Verificando-se que a matéria atinente à comissão de permanência não constou na exordial, a respectiva arguição em sede de apelo caracteriza inovação recursal, procedimento vedado no ordenamento jurídico pátrio.

CAPITALIZAÇÃO DE JUROS. CONTRATO CELEBRADO APÓS A ENTRADA EM VIGOR DA MP 1.963-17/2000. PREVISÃO DA TAXA DE JUROS ANUAL EM VALOR SUPERIOR AO DUODÉCUPLO DA MENSAL. FATO SUFICIENTE A CARACTERIZAR A EXPRESSA PREVISÃO CONTRATUAL. VALIDADE DA CAPITALIZAÇÃO. PERCENTUAL DOS JUROS REMUNERATÓRIOS. ABUSIVIDADE CONSTATADA. REFORMA DA SENTENÇA, PARA QUE SEJA DETERMINADA A REDUÇÃO DO PERCENTUAL DOS JUROS À MÉDIA DE MERCADO. PROVIMENTO PARCIAL DO RECURSO.

Segundo a jurisprudência pacificada no STJ, a capitalização de juros é possível em contratos bancários celebrados após o dia 31.3.2000, data da

publicação da Medida Provisória n. 1.963-17/2000 (em vigor como MP 2.170-36/2001), desde que expressamente pactuada. Ainda de acordo com a orientação daquela Corte Superior, considera-se expressamente pactuada a capitalização se o valor da taxa de juros anual for superior ao duodécuplo da mensal.

Estando demonstrado, no caso concreto, que os contratos foram celebrados após a entrada em vigor da MP 1.963-17/2000 e que há previsão contratual (haja vista que a taxa anual de juros é superior ao duodécuplo da mensal), a capitalização de juros deve ser tida como válida, conforme decidido em primeiro grau.

Verificada a abusividade da taxa de juros remuneratórios contratada, deve ser determinada a sua redução ao percentual da taxa média de mercado, à luz de orientação jurisprudencial firmada pelo STJ no Resp. 1.112.879/PR, submetido à sistemática dos recursos repetitivos.

Vistos, etc.

Trata-se de **Apelação Cível** interposta por Cláudio Cardoso dos Santos, buscando a reforma da sentença (fls. 119/122) do Juízo de Direito da 6ª Vara Cível da Comarca da Capital, que, nos autos da Ação Revisional de Contrato c/c Repetição de Indébito, ajuizada pelo apelante em face do Banco Itaucard S/A, julgou improcedente o pleito exordial.

Nas razões do seu apelo (fls. 124/132), o autor/apelante, pleiteando a revisão do contrato bancário celebrado com o promovido/apelado, requer a exclusão da capitalização de juros e da comissão de permanência, bem como a redução do percentual dos juros remuneratórios.

Contra-arrazoando (fls. 135/144), o promovido/apelado pugnou pela manutenção da sentença.

Às fls. 152/156, a douta Procuradoria de Justiça opinou pelo desprovimento do recurso.

É o relatório. Decido.

Esclareço, inicialmente, que, como a sentença foi publicada, e este recurso interposto, antes da entrada em vigor do novo CPC (Lei nº 13.105/2015), o presente julgamento deverá ser norteado pelo Código de Processo Civil anterior (Lei nº 5.869/1973), levando em conta, inclusive, as

interpretações jurisprudenciais dadas, até então, conforme orientação emanada do Superior Tribunal de Justiça no **Enunciado Administrativo nº 2**, proclamado em sessão plenária realizada em 02 de março de 2016. Confira-se:

Enunciado Administrativo nº 02: Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas, até então, pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.

Feito esse registro, passo ao exame do apelo.

Na sentença vergastada, o magistrado *a quo* julgou improcedente o pleito de revisão do contrato bancário celebrado entre as partes.

No presente apelo, o autor/apelante busca a exclusão da capitalização de juros e da comissão de permanência, bem como a redução dos juros remuneratórios.

Registro, de plano que não merece conhecimento a súplica recursal relativa à **comissão de permanência**, por não ter sido tal matéria ventilada na peça exordial, o que caracteriza inovação recursal (arguição nova em sede de recurso), prática vedada no ordenamento jurídico pátrio.

Em sendo assim, a presente análise deverá se ater aos temas atinentes à **capitalização de juros** e à limitação do **percentual dos juros remuneratórios**, questões objeto da petição inicial e do presente recurso (*valendo ressaltar, também, nesse aspecto, que, em respeito ao princípio tantum devolutum quantum appellatum, não se analisa, igualmente, os pontos contratuais cuja revisão foi indeferida na sentença, mas que autor deixou de impugnar no recurso*).

Quanto à **capitalização de juros**, esclareço que, embora tempos atrás, o tema já tenha sido alvo de divergência na jurisprudência pátria, atualmente prescinde de maiores debates, por já restar pacificado no STJ, em sede de julgamento submetido à sistemática dos recursos representativos da controvérsia (art. 543-C, CPC), que a capitalização de juros é possível em contratos bancários celebrados após o dia 31.3.2000, data da publicação da Medida Provisória n. 1.963-17/2000 (em vigor como MP 2.170-36/2001), desde que expressamente pactuada.

No mesmo julgado (Resp. 973.827/RS), submetido, repita-se, à sistemática dos recursos repetitivos (art. 543-C, CPC), aquela Corte Superior decidiu, ao exigir a expressa pactuação, que **“a previsão no contrato bancário de taxa de juros anual superior ao duodécuplo da mensal é suficiente para permitir a cobrança da taxa efetiva anual contratada”**.

Confira-se, nesse sentido, a ementa do julgado, na parte que interessa:

CIVIL E PROCESSUAL. RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. AÇÕES REVISIONAL E DE BUSCA E APREENSÃO CONVERTIDA EM DEPÓSITO. CONTRATO DE FINANCIAMENTO COM GARANTIA DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. CAPITALIZAÇÃO DE JUROS. JUROS COMPOSTOS. DECRETO 22.626/1933 MEDIDA PROVISÓRIA 2.170-36/2001. COMISSÃO DE PERMANÊNCIA. MORA. CARACTERIZAÇÃO.

1. [...] 2. [...].

3. Teses para os efeitos do art. 543-C do CPC: "É permitida a capitalização de juros com periodicidade inferior a um ano em contratos celebrados após 31.3.2000, data da publicação da Medida Provisória n. 1.963-17/2000 (em vigor como MP 2.170-36/2001), desde que expressamente pactuada." - "A capitalização dos juros em periodicidade inferior à anual deve vir pactuada de forma expressa e clara. **A previsão no contrato bancário de taxa de juros anual superior ao duodécuplo da mensal é suficiente para permitir a cobrança da taxa efetiva anual contratada**". [...]" (grifei).¹

In casu, o contrato bancário objeto da presente ação foi celebrado em dia (13/12/2011) posterior a 31.3.2000, data da publicação da Medida Provisória n. 1.963-17/2000 (em vigor como MP 2.170-36/2001) e resta evidenciado que a taxa de juros anual (33,23%) é superior ao duodécuplo da mensal (2,42%), o que, à luz da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, é suficiente para caracterizar a expressa pactuação da capitalização de juros.

Dessa forma, no caso dos autos, a capitalização de juros deve ser considerada válida, nos termos da Súmula 541 do STJ:

Súmula 541: A previsão no contrato bancário de taxa de juros anual superior ao duodécuplo da mensal é suficiente para permitir a cobrança da taxa efetiva anual contratada.

Portanto, quanto à capitalização de juros, não merece guarida a súplica recursal.

Por outro lado, deve ser acolhido o pleito de redução **da taxa de juros remuneratórios**.

¹ STJ - REsp 973.827/RS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, Rel. p/ Acórdão Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 08/08/2012, DJe 24/09/2012.

É bem verdade que as instituições financeiras não estão sujeitas às limitações da Lei de Usura, razão pela qual podem cobrar juros remuneratórios em patamar superior a 12% (doze por cento) ao ano.

Ocorre que, apesar disso, o STJ já pacificou, em julgamento de recurso (Resp. 1.112.879/PR) submetido à sistemática dos recursos repetitivos, que **“em qualquer hipótese, é possível a correção para a taxa média se for verificada abusividade nos juros remuneratórios praticados”** (grifei). Eis a ementa do aresto:

BANCÁRIO. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO REVISIONAL DE CLÁUSULAS DE CONTRATO BANCÁRIO. INCIDENTE DE PROCESSO REPETITIVO. JUROS REMUNERATÓRIOS. CONTRATO QUE NÃO PREVÊ O PERCENTUAL DE JUROS REMUNERATÓRIOS A SER OBSERVADO. I - JULGAMENTO DAS QUESTÕES IDÊNTICAS QUE CARACTERIZAM A MULTIPLICIDADE. ORIENTAÇÃO - JUROS REMUNERATÓRIOS

1 - Nos contratos de mútuo em que a disponibilização do capital é imediata, o montante dos juros remuneratórios praticados deve ser consignado no respectivo instrumento. Ausente a fixação da taxa no contrato, o juiz deve limitar os juros à média de mercado nas operações da espécie, divulgada pelo Bacen, salvo se a taxa cobrada for mais vantajosa para o cliente.

2 - Em qualquer hipótese, é possível a correção para a taxa média se for verificada abusividade nos juros remuneratórios praticados. [...].² (grifei).

In casu, a taxa prevista em contrato (**33,23% ao ano**) discrepou, de forma significativa, da média de mercado da época da celebração (**25,26%**, consoante informação constante no *site* oficial do Banco Central do Brasil), razão pela qual se encontra evidenciada a abusividade apta a ensejar a revisão contratual.

Com efeito, deve o presente recurso ser provido em parte, a fim de que, julgando-se parcialmente procedente o pedido inicial, seja determinada a revisão do contrato celebrado entre as partes, com a fixação dos juros remuneratórios na média de mercado da época da contratação, qual seja, 25,26% ao ano, devendo a parte promovida devolver, de forma simples, os valores pagos a maior pela autora, com a possibilidade de compensação, caso exista saldo devedor em favor do promovido.

Ressalte-se que, estando a sentença, no ponto, em confronto com jurisprudência dominante de Tribunal Superior (STJ), e, por outro lado, em consonância com essa mesma espécie de jurisprudência, no que diz respeito à parte em que está sendo mantida, prescinde-se da remessa do recurso ao órgão colegiado, podendo ser aplicado o julgamento monocrático de que trata o

² STJ - REsp 1112879/PR, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 12/05/2010, DJe 19/05/2010.

art. 557, *caput c/c* §1º-A, do CPC de 1973, diploma, repito, aplicável à espécie, por estar em vigor à época da prolação da sentença e da interposição do recurso.

Face ao exposto, **DOU PROVIMENTO PARCIAL** ao presente apelo, para, julgando parcialmente procedente o pedido inicial, determinar a revisão do contrato celebrado entre as partes, com a fixação dos juros remuneratórios na média de mercado da época da contratação, qual seja, 25,26% ao ano, devendo a parte promovida devolver, de forma simples, os valores pagos a maior pela autora, com a possibilidade de compensação, caso exista saldo devedor em favor do promovido.

Como a parte promovida restou vencedora na maior parte dos pedidos (já que foram rejeitados os pleitos de capitalização de juros e de declaração de ilegalidade de tarifas bancárias), determino, na forma do art. 21, CPC, que as partes dividam as verbas sucumbenciais, na proporção de 60% a ser arcado pelo autor e de 40% a ser arcado pelo promovido, com a ressalva de que, como o autor é beneficiário da justiça gratuita, a cobrança da parte por ele devida deverá ficar suspensa, à luz do disposto no art. 12 da Lei nº 1050/60.

P.I.

João Pessoa, 30 de setembro de 2016.

Desembargadora Maria de Fátima Moraes Bezerra Cavalcanti
Relatora